

Orçamento do Iphan em Goiás neste ano é de R\$ 13 milhões

PATRIMÔNIO Novo superintendente não possui experiência técnica, mas terá de lidar com gestão e escolha de projetos de preservação da história goiana

Sarah Teófilo
sarah.teofilo@opopular.com.br

O novo superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Goiás terá nas mãos a responsabilidade de preservar o patrimônio material e imaterial. Só neste ano, o orçamento do órgão no momento é de R\$ 13 milhões, com obras já contratadas. Existem, ainda, ações em fase de licitação, como a restauração do Teatro Sebastião Pompeu de Pina, em Pirenópolis, com previsão de investimento de R\$ 6 milhões. No ano passado, o órgão

gão federal fizesse o remanejamento, para que não volte ao tesouro. Assim, é importante que a superintendência tenha projetos e os encaminhe para não perder investimento.

É neste cenário que o novo superintendente, o advogado Allyson Ribeiro e Silva Cabral, indicado pelo deputado federal Alcides Ribeiro (PP), deverá assumir. A nomeação, feita pelo governo federal, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no último dia 18. Houve questionamentos sobre a ausência de experiência técnica do advogado.

O Iphan tem uma série de atri-

subsolo naquela localidade. Para isso, o empreendedor deve contratar um grupo de profissionais, encabeçado por um arqueólogo, que irá analisar e submeter ao Iphan o projeto.

Se houver, por exemplo, um sítio arqueológico de extrema relevância naquele local, o Iphan poderá ver a viabilidade de algum desvio da obra, de forma a não destruir o sítio. Se não for possível, os objetos são resgatados, estudados, submetidos ao Iphan e em seguida são encaminhados para algumas instituições de pesquisa que vão guardá-los e garantir a difusão de conhe-

teve R\$ 5,5 milhões investidos em obras e ações.

De 2001 a 2019, cerca de R\$ 96,2 milhões foram pagos com o orçamento do órgão federal em ações no Estado, desde as mais simples, como aquisição de material, às mais importantes, como a restauração de prédios históricos, como é o caso da Igreja do Divino Pai Eterno, em Trindade (Igreja Matriz).

A superintendência goiana não recebe anualmente um orçamento específico para gastar ao longo do ano da forma como julgar melhor. Anualmente, um planejamento é enviado para o Iphan nacional, e de lá determinadas ações são autorizadas, já com verba específica. No meio do ano, entretanto, aquelas superintendências que não executaram seus projetos têm a verba recolhida e repassada para outras que deram andamento.

Por exemplo, no final de junho deste ano, o Iphan deu aval para que a superintendência de Goiás licitasse as obras do teatro de Pirenópolis, da Casa de Padre Brás, em Pilar de Goiás, e das torres da Paróquia Divino Pai Eterno, em Trindade. Tais obras não haviam sido autorizadas anteriormente, mas o foram porque a superintendência deu andamento aos projetos que havia proposto, enquanto outras superintendências não o fizeram. É como se a verba “sobrasse” e o ór-

buições que vão além da preservação do patrimônio material, com prédios históricos, e imaterial, como festas tradicionais (por exemplo, a Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, reconhecida como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2016). O órgão também atua no âmbito do licenciamento ambiental.

Todo empreendimento que requer a autorização ambiental precisa também de um licenciamento cultural, que é concedido pelo Iphan. A superintendente substituta do Iphan Goiás, Beatriz Otto de Santana, explica que esta é uma das maiores demandas do órgão. Tal autorização independente de o empreendimento estar em uma área tombada ou não.

Assim, linhas de transmissões, loteamentos ou mesmo duplicação de rodovias precisam de um licenciamento do Iphan. O objetivo é observar em que ponto a obra pode impactar na proteção do patrimônio arqueológico que porventura haja no

cimento. A superintendente substituta explica, entretanto, que a prioridade é manter os objetos em seus lugares originais. “Uma coisa é analisar um sítio in loco, outra coisa é analisar os fragmentos dele em caixas.”

Um exemplo disso é a duplicação da rodovia para a cidade de Goiás. Beatriz relatou que na época, foram identificados remanescente de muros de pedra e da antiga estrada real bem conservados. O traçado da rodovia impactava no sítio arqueológico. Então, o Iphan buscou permitir a obra e garantir a preservação do patrimônio. Na ocasião, segundo Beatriz, houve o resgate de algumas peças, mas a maioria ficou no local. “O Iphan agiu de forma possibilitar a chegada da duplicação com o menor impacto possível para o patrimônio arqueológico.”

ORÇAMENTO

Em 2017, o orçamento da superintendência foi de apenas R\$ 87,3 mil (veja no quadro). A superintendente substituta afirma que o fato se deu como reflexo da redução do orçamento do Iphan em âmbito nacional. Entretanto, segundo ela, foi possível manter trabalhos em razão do reforço via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. “O orçamento do Iphan realmente vem em queda desde 2010”, disse.

87.300

reais foi o orçamento do Iphan em 2017. Projetos dependeram do Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas



Prédio da antiga Chefatura de Polícia que será a nova sede do Iphan em Goiás; local passa por revitalização

Especialistas falam em desmonte e

Deputado goiano afirma que cargo foi sorteado

O deputado federal professor Alcides Ribeiro (PP) disse em entrevista à reportagem no último dia 18 que o cargo de superintendente do Iphan em Goiás foi sorteado entre os deputados da bancada goiana e que o Iphan acabou ficando com ele. "Foi feito o sorteio aqui no governo federal para os cargos de Goiás, e o que sobrou para mim foi o Iphan", disse. O

parlamentar depois negou as afirmações para outros veículos de comunicação, mas a reportagem publicou o áudio da entrevista no site do jornal para que o leitor possa conferir. O indicado foi o advogado Allyson Ribeiro e Silva Cabral, que dá aulas na Faculdade Alfredo Nasser (Unifan), cujo proprietário é o parlamentar. Ambos confirmam que Allyson

não possui experiência na área. Questionado sobre a existência de pessoas no Iphan que possuem mais conhecimento, Alcides disse que não estava discutindo este ponto. "Lá no Iphan deve ter pessoas qualificadas, mas não são pessoas que eu conheço e que confio. Como o cargo é meu, vou indicar a pessoa que eu confio. É um cargo de confiança"

Técnicos discordam de nomeação

Após reportagem do POPULAR publicada no último dia 19, vários órgãos ligados à preservação do patrimônio histórico se manifestaram. No material, o jornal mostrou que o novo superintendente do Iphan em Goiás, o advogado Allyson Ribeiro e Silva Cabral, não possui experiência na área. O nome foi indicação do deputado federal professor Alcides Ribeiro (PP), que disse ao POPULAR que o cargo do Iphan foi sorteado entre deputados da bancada goiana.

Um dos órgãos que se pronunciou foi o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO). Em nota, o CAU repudiou o “loteamento” do Iphan e disse que a prática prejudica a política de preservação do patrimônio histórico em Goiás. A arquiteta e urbanista Maria Ester de Souza, conselheira do CAU, afirma que a organização entende que pessoas de áreas relacionadas à preservação teriam uma visão completa e seriam mais capacitadas para o momento de tomada de decisão. “A gente acha que é um risco muito grande deixar essa instância com sorteio, como foi feito, para uma pessoa que nunca circulou nessa atividade”, disse.

Vice-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e professor de Arquitetura da Universidade Federal de Goiás (UFG), na cidade de Goiás, Edinardo Rodrigues Lucas afirma que por mais bem intencionada que uma pessoa seja, a indicação de alguém sem conhecimento técnico para a superintendência do Iphan é um re-

trocesso. “É uma perda de tempo que essa mudança vai ocasionar. Se entra alguém com experiência, conhecedora dos processos, com certeza não iremos perder tempo e essa pessoa trará um novo olhar. Já o olhar de quem não conhece, é difícil imaginar que vá fazer uma boa gestão”, disse.

Na última quinta-feira (26), o Ministério Público Federal (MPF) recomendou ao ministro da Cidadania, Osmar Terra, a exoneração do superintendente. No pedido, os procuradores alegam que Allyson não tem perfil e formação adequados para o cargo e que a nomeação não atende ao interesse público e à legislação, o que configura desvio de finalidade. No documento, o órgão cita entrevista do deputado ao POPULAR.

Segundo o órgão, práticas como sorteio e indicação de pessoas sem formação ou experiência para cargos públicos contrariam princípios da legalidade e eficiência. A recomendação pontua que as indicações para cargos de confiança precisam atender ao interesse público, às regras previstas na Constituição Federal e no decreto do governo federal deste ano que estabelece critérios para nomeações.

A reportagem procurou o Ministério da Cidadania, mas este informou, via assessoria, que não iria se pronunciar. O MPF dá ao ministro 10 dias para responder e apresentar justificativas, em caso de negativa. Órgão afirma que em caso de omissão ou não atendimento pode resultar em medidas judiciais.

Especialistas falam em desmonte e exaltam importância do órgão

Professor da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do programa de pós-graduação em História da instituição, Yussef Daibert Salomão de Campos ressalta que o Iphan, criado em 1937, é o órgão responsável pela gestão e salvaguarda do patrimônio histórico em âmbito federal. “Sem o Iphan, é impossível pensar em gestão de patrimônio no Brasil”, disse. O professor afirma que o órgão está sofrendo com uma política conservadora do governo federal e critica a indicação política para a superintendência. “Prova ser mais uma das velhas políticas”, disse. Ao observar a indicação para a superintendência, a arquiteta e urbanista Maria Ester de Souza, conselheira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) afirma que historicamente há um desmonte dos institutos de planejamento em todas as esferas por considerar que isso não é eficiente. Entretanto, segundo ela, em um mundo desenvolvido isso é o inverso. “Quando você planeja, você tem resultado. O Iphan é um órgão que pensa e planeja a preservação. Então, a gente entende que na esteira do que o governo federal propõe, o desmonte do órgão de preservação explica a indicação

desse tipo de pessoa tão leiga para o cargo.” Maria Ester ressalta que nos debates sobre preservação sempre se fala que é preciso conhecer o passado para fazer uma projeção do futuro. “Quando a gente conhece as formas que as pessoas utilizavam para resolver os problemas do passado, a gente tem mais possibilidade de acertar no futuro”, disse. A arquiteta lembra que a primeira vez que houve uma organização para proteger o patrimônio foi em 1933, com a Carta de Atenas. Segundo a conselheira, após a Primeira Guerra Mundial, houve uma preocupação com a preservação das paisagens, edifícios e objetos de arte. “Ali a gente teve um primeiro registro da preocupação dessa preservação”, disse. A carta foi resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Vice-presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) e professor de Arquitetura da Universidade Federal de Goiás (UFG), na regional da cidade de Goiás, Edinaldo Rodrigues Lucas cita o próprio município para falar sobre a importância do Iphan. “É patrimônio histórico da humanidade, e isso foi um processo do Iphan, por meio de estudos técnicos”, disse. Substituições, segundo o professor, são naturais, mas é preocupante quando ocorre sem análise técnica. “Não é só no Iphan que ocorre este desmonte”, afirma. E completa: “A maior perda disso tudo é a perda da memória, de uma identidade da cultura. Perdendo a memória, é difícil olhar para o futuro”, disse.

1933

foi o ano da Carta de Atenas, considerada a primeira organização para proteger o patrimônio histórico

IAB diz que substituição coloca patrimônio em risco

Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Nivaldo Andrade afirma que a substituição de superintendentes do Iphan por pessoas sem conhecimento técnico, especialmente em Goiás e em Minas Gerais, coloca em risco a preservação do patrimônio e fragiliza a posição brasileira no âmbito internacional. Isso devido ao fato de ambos os Estados possuírem sítio do pa-

trimônio mundial da Unesco.

No caso de Goiás, o Centro Histórico da cidade de Goiás foi reconhecido como patrimônio mundial pela Unesco em 2001. Andrade pontua que quando o Brasil inscreveu a cidade na lista, ele se comprometeu com a comunidade internacional em cuidar da melhor forma técnica do patrimônio. “Certamente, não é colocando um gestor desprepa-

rado que isso vai ser feito”, disse.

O presidente diz que com mudanças políticas é comum haver substituições, mas com pessoas que tenham preparo, formação e experiência. Andrade frisa que o Iphan possui 82 anos de atuação ininterrupta, e que sempre teve um quadro muito técnico. “Essa ingerência política nunca tinha chegado ao Iphan na escala de força que chegou agora.”

Preservando Goiás

Confira abaixo obras em execução e outras que estão previstas no Iphan. Ações agora ficam sob atribuição de novo superintendente do instituto

OBRAS EM EXECUÇÃO

- Restauração da antiga Chefatura de Polícia, na Praça Cívica, em Goiânia. Projeto é do governo de Goiás e investimento é do Iphan. Obra está avaliada em quase R\$ 6 milhões. O bem pertence ao acervo art déco da capital. Objetivo é restaurar e adequar o edifício para função de museu e arquivo;
- Restauração do Coreto e conservação da Torre do Relógio, na Avenida Goiás, em Goiânia. Ambos pertencem ao acervo arquitetônico e urbanístico art déco da capital. Gasto previsto é cerca de R\$ 359 mil
- Conservação de pinturas e gravuras rupestres no município de Serranópolis, onde há importante complexo arqueológico;
- Restauração da antiga Delegacia Fiscal, em Goiânia, que será a nova sede do Iphan. Obra está concluída, já em fase de recebimento;
- Salvamento emergencial de um imóvel privado no conjunto tombado da cidade de Goiás. Dono comprovou incapacidade financeira para a obra;

OBRAS PREVISTAS

- Requalificação urbana dos largos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Pirenópolis, e da Igreja de Nossa senhora de Penha de França, em Corumbá de Goiás;
- Restauração do Sexto Batalhão da Polícia Militar da cidade de Goiás, em parceria com o governo de Goiás. O imóvel é o mais antigo da PM-GO. Os

recursos são da ordem de R\$ 7 milhões;

- Salvamento emergencial das torres da Paróquia Divino Pai Eterno, em Trindade, mais conhecida como Igreja Matriz ou Santuário Velho;
- Restauração, requalificação e estabilização estrutural da Casa de Padre Brás, em Pilar de

Goiás. Obra ainda está em fase de instrução técnica. O prédio é da Paróquia de Pilar de Goiás e a intenção é transformá-lo em hospedaria, um uso proposto pela própria igreja;

- Restauração do Teatro Sebastião Pompeu de Pina, em Pirenópolis, com investimento de R\$ 6 milhões. Prédio está interditado desde 2016;

INVESTIMENTO ANO A ANO*

2001	R\$ 612,3 mil	2008	R\$ 2,4 milhões	2014	R\$ 30,6 milhões
2002	R\$ 408,5 milhões	2009	R\$ 3,5 milhões	2015	R\$ 1,9 milhões
2003	R\$ 551,3 milhões	2010	R\$ 8,7 milhões	2016	R\$ 5,5 milhões
2004	R\$ 1,4 milhão	2011	R\$ 3,3 milhões	2017	R\$ 87 mil
2005	R\$ 497,4 mil	2012	R\$ 6,9 milhões	2018	R\$ 5,5 milhões
2006	R\$ 2,6 milhões	2013	R\$ 19,6 milhões	2019	R\$ 88,8 mil
2007	R\$ 1,7 milhão				



TOTAL EXECUTADO E QUITADO

R\$ 96,2 milhões



CONTRATOS EM EXECUÇÃO

2019: **6,8 milhões**

AS 5 CIDADES COM MAIS INVESTIMENTO*

Cidade de Goiás



43,26%

Goiânia



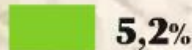
34,3%

Pirenópolis



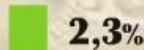
6,45%

Corumbá



5,2%

Pilar de Goiás



2,3%

*Porcentual do total investido no Estado de 2001 a 2018

Fonte: Iphan